

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA-GERAL

PROCESSO: 25.304/2017-e

ASSUNTO: Representação

PARECER Nº 0274/2019-G2P

EMENTA: Representação nº 25/2017. Decreto nº 38.094/17. Previsão de Assessores Técnicos. Atribuições típicas de assessoramento jurídico. Possível violação aos princípios do concurso público e da impessoalidade. Conhecimento e concessão de prazo para manifestação. Nova diligência. Atual fase processual: mérito da representação e cumprimento de diligência. Instrução: improcedência e arquivamento dos autos. Parecer divergente. Procedência da representação e determinação ao Chefe do Poder Executivo Distrital. Decisão TCDF Nº 5751/2018 em igual sentido. **Fase atual - Ausência de manifestação. Mudanças administrativas no Governo Local. Reiteração de diligência. Parecer convergente.**

Tratam os autos o exame da representação Ministerial “*acerca de possíveis irregularidades ocorridas nas Administrações Regionais do Distrito Federal, consubstanciadas na criação de cargos em comissão, cujas atribuições são de assessoramento jurídico, e que, segundo jurisprudência do STF (ADI 4843/PB), deveriam ser desempenhadas por servidores efetivos, mediante a realização de concurso público*”.

2. A Corte, por meio da Decisão nº 3.953/2017, a par de tomar conhecimento da Representação nº 25/2017, concedeu prazo para apresentação das considerações pertinentes e, na sequência, mediante Decisão nº 5.015/2017, requereu o posicionamento da Procuradoria-Geral do Distrito Federal sobre a questão:

Decisão nº 3.953/2017

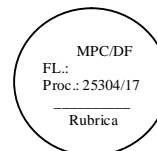
O Tribunal, [...] I – tomar conhecimento da Representação nº 25/2017 - CF (e-DOC n.º 81EB0216); II – conceder prazo de 15 (quinze) dias para que o Chefe de Gabinete da Governadoria do Distrito Federal, o Secretário de Estado das Cidades e o Administrador Regional do Plano Piloto apresentem as considerações que entenderem pertinentes quanto ao teor da referida Representação; III – [...].

Decisão nº 5.015/2017

O Tribunal, por unanimidade, [...]; III – determinar à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal que dê ciência ao TCDF, no prazo de 30 (trinta) dias, do posicionamento da douda Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, em referência ao Ofício nº 663/2017-GAB/SECID; IV – [...].

3. Examinou-se, em oportunidade anterior, o mérito da representação e o cumprimento da Decisão nº 5.015/2017.

4. A Unidade Técnica registrou o encaminhamento do Ofício nº 664/2017-GAB/SECID, no qual a Secretaria das Cidades esclareceu que a questão foi submetida à PGDF, e que a AR do Plano Piloto – RA I protocolizou o Ofício nº 978/2017 no mesmo sentido.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA-GERAL

5. Na sequência, ressaltou o posicionamento da PGDF sobre os cargos de Assessores Técnicos no sentido de que *“consistem em auxílio aos administradores regionais e não se confundem com aquelas desempenhadas pelo órgão jurídico do DF. Tanto não se confundem que, em diversos incisos, está previsto, expressamente, como limite à atuação dos ocupantes do cargo de assessor técnico, o campo de atuação privativa da Procuradoria, evidenciando, assim, a inexistência de usurpação de funções”*.

6. Quanto à Assessoria Jurídico-Legislativa, a PGDF argumentou que encontra respaldo nos arts. 2º e 28 da LC nº 395/01 e que *“as assessorias jurídico-legislativas funcionam de modo integrado à Procuradoria, mas sem adentrar em suas competências privativas, desempenhando funções de apoio e auxílio”*, concluindo:

13. Verifica-se, assim, que a atuação jurídica nos cargos de assessoria técnica e da assessoria jurídico-legislativa não importam usurpação das atividades de **representação** judicial e extrajudicial ou **consultoria jurídica** do **Distrito Federal**, voltando-se, com efeito, a área-meio da administração pública distrital.

14. Por fim, sobreleva-se que não há qualquer óbice para que os referidos cargos sejam desempenhados por agentes sem vínculo efetivo, porquanto, para a ocupação de cargos em comissão, nos termos do artigo 5º, §2º, Lei Complementar 840/2011, somente é exigida a observância ao percentual de 50% de servidores efetivos e 50 % de livre provimento.

7. A Unidade Técnica destacou que *“não há, na legislação de regência da matéria, dispositivo que indique estar ocorrendo desvirtuamento e uso de cargos de advogados por cidadãos que não integram o quadro efetivo de pessoal do DF”* alicerçada nos seguintes argumentos:

16. O Decreto n.º 38.094/2017, entre outras providências, aprovou o Regimento Interno das Administrações Regionais do DF, as quais contemplam unidades de assistência direta ao titular da RA, a saber: Assessorias Técnica, de Planejamento, de Comunicação e Ouvidoria. Infere-se, do texto da norma, que cada unidade exerce competências de apoio ao Governo local, de mediano grau de complexidade, embora seja público e notório o inchaço das Administrações Regionais por servidores não efetivos, detentores apenas de cargos e funções comissionadas, fato que não é objeto da análise ora empreendida.

17. O Anexo II do Decreto n.º 38.094/2017 lista os pré-requisitos para provimento de diversos cargos em comissão, observando-se que o Chefe da Assessoria Técnica precisa ser advogado com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil-OAB. Apesar de não termos localizado as atribuições específicas do cargo de Chefe da Assessoria Técnica, verificamos que o art. 48 estabelece as competências genéricas dos Chefes de Assessorias, in verbis:

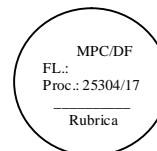
Art. 48. Compete aos Chefes de Assessorias:

I - assessorar os superiores hierárquicos em assuntos técnicos relacionados à sua área de competência;

II - planejar e coordenar o trabalho de sua equipe na elaboração de planos e projetos em sua área de competência;

III - estimular a qualidade, produtividade e racionalização de recursos no desenvolvimento dos trabalhos de sua área;

IV - propor diretrizes específicas relacionadas à sua área de competência;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA-GERAL

V - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas em sua área de atuação.

18. Quanto aos Assessores Técnicos, o Decreto n.º 38.094/2017 fixa suas competências na forma do art. 51, abaixo transcrito:

Art. 51. Compete aos Assessores e Assessores Técnicos:

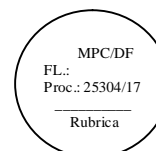
- I - assessorar a chefia imediata em assuntos de competência da unidade orgânica;
- II - desenvolver estudos e projetos de interesse da unidade orgânica;
- III - analisar estudos pertinentes a área de competência da unidade orgânica;
- IV - prestar assistência técnica nos assuntos específicos da área de competência da unidade orgânica;
- V - emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados à unidade orgânica;
- VI - acompanhar a observância das normas relativas ao funcionamento da unidade orgânica;
- VII - responder pela chefia do Órgão na ausência eventual do titular, quando designado;
- VIII - executar outras atividades de natureza técnica que lhe forem atribuídas;
- IX - manter atualizada a legislação específica relativa às atividades da unidade orgânica;
- X - manter em ordem os arquivos e os documentos da unidade orgânica;
- XI - instruir processos de assuntos referentes à unidade orgânica;
- XII - executar outras atribuições que lhe forem conferidas.

8. No pertinente à ADI 4843-PB, destacou:

21. Nessa linha, o Excelso Pretório foi pela inconstitucionalidade de norma do Estado da Paraíba que outorgava, a servidor exclusivamente comissionado, estranho aos quadros da advocacia do Estado, o exercício, no âmbito do Executivo local, de atribuições inerentes à representação judicial e ao desempenho de atividades de assessoramento jurídico e de consultoria.

22. O STF assentou que a extrema relevância das funções constitucionalmente reservadas ao Procurador do Estado (e do Distrito Federal, também), notadamente no plano das atividades de consultoria jurídica e de exame e fiscalização da legalidade interna dos atos da Administração Estadual, impõe que tais atribuições sejam exercidas por agente público investido, em caráter efetivo, na forma estabelecida pelo art. 132 da Lei Fundamental da República, em ordem a que possa agir com independência e sem temor de ser exonerado “ad libitum” pelo Chefe do Poder Executivo local pelo fato de haver exercido, legitimamente e com inteira correção, os encargos irrenunciáveis inerentes às suas altas funções institucionais.

23. Naquela hipótese, tanto a Advocacia-Geral da União como o Ministério Público Federal, em oitiva prévia à decisão de mérito, manifestaram-se pela procedência parcial da ADI 4843-PB, eis que os cargos criados no Estado da Paraíba possuíam natureza de consultoria jurídica, com atribuições exclusivas dos Procuradores dos Estados. Para ambos os órgãos jurídicos, a inconstitucionalidade somente não deveria atingir dois dispositivos da norma atacada, que não envolviam o assessoramento jurídico combatido na ADI em foco.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA-GERAL

9. Assim, adotando como balizamento a manifestação da PGDF, firmou convicção “*de que não está havendo burla ao concurso público ou à impessoalidade, ainda que os cargos de assessoria em comento sejam de livre provimento e exoneração, não privativos de servidores efetivos*”, acrescentado que “*as competências conferidas em Decreto local aos assessores técnicos não se revelam de complexidade jurídica tal que nos permita inferir a inadequação do exercício daqueles cargos comissionados por profissionais não habilitados para tanto ou em usurpação às atribuições dos Procuradores do DF*”.

10. Finalizando, sugeriu ao e. Tribunal:

I – tomar conhecimento do Ofício n.º 978/2017, encaminhado pela Administração Regional do Plano Piloto – RA I (Peça n.º 22), bem como da Peça n.º 23, que contém manifestação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, considerando cumpridas as Decisões de n.ºs 3953/2017 e 5015/2017;

II – considerar improcedente a Representação n.º 25/2017-CF por insubsistência própria de suas razões;

II – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.

11. Os autos vieram anteriormente ao Ministério Público de Contas para parecer, que, de plano, concordou com as **sugestões** da Unidade Técnica no tocante ao cumprimento da Decisão n.º 5.015/2017.

12. Entretanto, em relação ao mérito da representação, o MPC divergiu do encaminhamento proposto pelo Corpo Técnico, vejamos:

13. *Destaco, inicialmente, que a ADI 4843/PB, conforme consta do Voto do Relator, Excelentíssimo Sr. Ministro Celso de Mello, cuidou de impugnação à “(...) alínea ‘a’ do inciso I do art. 3º da Lei Estadual nº 8.186 de 2007, na parte em que dá poderes à Secretaria de Estado de Governo a promover a ‘assessoria, na elaboração de documentos jurídicos’, diretamente ao Chefe do Poder Executivo; e dos artigos 16 e 19, e do Anexo IV da mesma Lei (nº 8.186 de 2007), e alterações referidas, mormente pelos anexos das leis 9332/2011 e 9350/2011, todos esses apenas quando se referem aos itens que criam os cargos de consultor jurídico do governo, coordenador da assessoria jurídica e assistente jurídico, por violação ao art. 132 da Constituição da República (...)”. Eis o teor dos preceitos normativos indicados¹:*

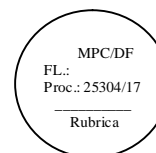
“LEI Nº 8.186, DE 16 DE MARÇO DE 2007

Art. 3º. *Os Órgãos integrantes da Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo têm as seguintes finalidades e competências:*

I – SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

¹ **CF/88** - Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

ADCT - Art. 69. Será permitido aos Estados manter consultorias jurídicas separadas de suas Procuradorias-Gerais ou Advocacias-Gerais, desde que, na data da promulgação da Constituição, tenham órgãos distintos para as respectivas funções.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA-GERAL

a) apoiar o Chefe do Poder Executivo em assuntos relativos à gestão da administração pública, através da assessoria, na elaboração de documentos jurídicos, na sua publicação, veiculação e em outras providências que se fizerem necessárias;

Art. 16. Ficam criados e integrados à Estrutura Organizacional do Poder Executivo os cargos, de provimento em comissão, definidos no Anexo II desta lei, necessários ao funcionamento dos órgãos constantes no Art. 1º, salvo da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública.

Art. 19. Ficam definidos, na forma do Anexo IV desta lei, os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas, criados na forma dos artigos anteriores, pertencentes às estruturas dos órgãos definidos no Art. 1º, salvo da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública.

ANEXO IV

Cargos Integrantes da Estrutura Organizacional dos Órgãos da Administração Direta Estadual

CARGO / SÍMBOLO / QUANTITATIVO

(...)

2. (...)

– ***Consultor Jurídico do Governo***

CAD-1 / 1

– ***Secretário da Consultoria Jurídica do Governo***

CAD-7 / 1

– ***Coordenador de Apoio Administrativo da Consultoria Jurídica do Governo***
CAD-4 / 1

– ***Assistente Jurídico da Consultoria Jurídica do Governo***
6 / 3

CAD-

3. (...)

– ***Coordenador da Assessoria Jurídica da Controladoria Geral do Estado***
CAD-4 / 1

– ***Assistente Jurídico da Controladoria Geral do Estado*** ***CAD-6 / 2***

4. (...)

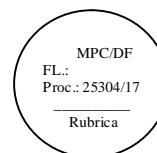
– ***Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Comunicação Institucional*** ***CAD-4 / 1***

– ***Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Comunicação institucional*** ***CAD-6 / 1***

5. (...)

– ***Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Administração***
CAD-4 / 1

– ***Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Administração*** ***CAD-6 / 13***



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA-GERAL

6. (...)

– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão CAD-4/1*

– *Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão CAD-6 / 2*

7. (...)

– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado das Finanças CAD-4 / 1*

8. (...)

– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Receita CAD-4 / 1*

– *Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Receita CAD-6 / 3*

9. (...)

– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Educação AD-4 / 1 (alterado pelo Anexo Único da Lei nº 9.332/2011)*

10. (...)

– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Saúde CAD-4 / 1*

– *Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Saúde CAD-6 / 2*

11. (...)

– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social CAD-4 / 1*

– *Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Segurança e da Defesa Social CAD-6 / 3*

12. (...)

– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária CAD-4 / 1 (alterado pelo Anexo Único da Lei nº 9.332/2011)*

– *Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária CAD-6 / 2 (alterado pelo Anexo Único da Lei nº 9.332/2011)*

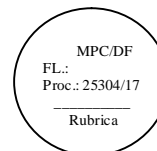
13. (...)

– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano CAD-4 / 1*

– *Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano CAD-6 / 1*

14. (...)

– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Cultura CAD-4 / 1 (alterado pelo Anexo Único da Lei nº 9.332/2011)*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA-GERAL

– *Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Cultura*
CAD-6 / 1 (alterado pelo Anexo Único da Lei nº 9.332/2011)

15. (...)

– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura*
CAD-4 / 1

, – *Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura*
CAD-6 / 1

16. (...)

– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico*
CAD-4 / 1

– *Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico*
CAD-6 / 2

17. (...)

– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Ciência e do Meio Ambiente*
CAD-4 / 1

– *Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Ciência e do Meio Ambiente*
CAD-6 / 1

18. (...)

– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da pesca*
CAD-4 / 1

– *Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca*
CAD-6 / 2

19. (...)

– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer*
CAD-4 / 1

– *Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer*
CAD-6 / 1 (...)

20. (...)

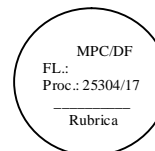
– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Interiorização da Ação do Governo*
CAD-4 / 1

– *Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Interiorização da Ação do Governo*
CAD-6 / 1

21. (...)

– *Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento e da Articulação Municipal*
CAD-4 / 1 (alterado pelo Anexo I da Lei nº 9.350/2011).” (grifos do original)

14. De notar, pois, que foi questionada a criação de cargos em comissão, portanto, de livre nomeação e exoneração, de Consultor Jurídico, de Coordenador da Assessoria Jurídica e de Assistente Jurídico da Assessoria Jurídica das Secretarias de Estado, que guardam estreita correlação com os cargos de Assessoria Jurídica das Secretarias de Estado do Distrito Federal e com os cargos de Assessoria Técnica, especialmente, os relacionados com assessoramento



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA-GERAL

jurídico das Administrações Regionais, conforme destacado na peça exordial, atribuições eminentemente de assessoramento jurídico:

Pois bem, o assunto volta à baila, por meio do Decreto Distrital 38.094/2017, o qual previu, nas Administrações Regionais, a figura dos chamados Assessores Técnicos, cujas atribuições são, de fato, de assessoramento jurídico, conforme estatuído no Decreto nº 38.094/2017. Vejamos:

Anexo I

*Art. 5º À **Assessoria Técnica, unidade orgânica de assessoramento**, diretamente subordinada ao Administrador Regional, compete:*

I - prestar orientação jurídica à Administração Regional;

II - promover exame prévio e emitir parecer de atos normativos, termos, contratos, convênios, ajustes e outros assemelhados inerentes às atividades da Administração Regional, sem prejuízo da manifestação da Assessoria Jurídico-legislativa da Secretaria de Estado das Cidades, bem como da manifestação conclusiva da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, quando for o caso;

III - articular-se com a Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria de Estado das Cidades para assuntos que necessitem de manifestação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, visando o fornecimento e obtenção de subsídios para o esclarecimento das demandas que recaem sobre atos da Administração Regional;

IV - articular-se com a Secretaria de Estado das Cidades para orientação quanto à elaboração e aplicação de normas, procedimentos e rotinas referentes às competências da Administração Regional;

V - manter acervo técnico atualizado de legislação e publicações jurídicas de interesse da Administração Regional;

VI - estudar, analisar e exarar manifestações e informações sobre os assuntos de interesse da Administração Regional que forem submetidos à sua apreciação;

VII - propor a aplicação de sanções previstas nas normas regulamentares específicas;

VIII - elaborar e analisar minuta de projetos de leis, decretos ou portarias de interesse da Região Administrativa;

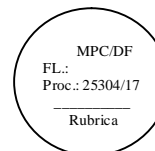
IX - elaborar e analisar minutas de Ordens de Serviço que devam ser submetidas à consideração do Administrador Regional para sua assinatura;

X - examinar e instruir, expedientes e processos que serão remetidos pela Administração Regional aos Órgãos Centrais que compõem a Administração Pública;

XI - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação, observada a competência da Secretaria de Estado das Cidades e a competência privativa da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Ora, como é sabido, o STF julgou inconstitucional o exercício de atividade de consultoria e de assessoramento jurídicos por ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, ADI 4843-PB.

No cotejo de todos esses precedentes, enquadra-se, por óbvio, a figura dos Assessores Técnicos, nas Administrações Regionais, os quais são indicados por critérios meramente políticos, apesar de tão relevante função, como, por exemplo,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA-GERAL

a emissão de pareceres em minutas de editais, atos e contratos, a teor do que determina o artigo 38, parágrafo único da Lei de Licitações.

Não apenas os Assistentes Técnicos, mas, ainda, os Assessores Jurídico-Legislativos, AJLs, que se encontram em cada Secretaria de Estado, muitos dos quais, igualmente, indicados por critérios políticos, sem que tenham passado pelo lícito concurso público.

15. *Transcrevo a seguir, excertos relevantes do voto do Relator da ADI 4843 MC-ED-REF / PB, Ministro Celso de Mello, para o deslinde da questão:*

A outorga dessas funções jurídicas à Procuradoria-Geral do Estado – mais precisamente aos Procuradores do Estado – decorre de um modelo estabelecido pela própria Constituição Federal, que, ao institucionalizar a Advocacia de Estado, delineou o seu perfil e discriminou as atividades inerentes aos órgãos e agentes que a compõem.

O conteúdo normativo do art. 132 da Constituição da República revela os limites materiais em cujo âmbito processar-se-á a atuação funcional dos integrantes da Procuradoria-Geral do Estado e do Distrito Federal. Nele, contém-se norma de eficácia vinculante e cogente para as unidades federadas locais que não permite conferir a terceiros – senão aos próprios Procuradores do Estado e do Distrito Federal – o exercício, intransferível e indisponível, das funções de representação judicial e de consultoria jurídica da respectiva unidade federada.

[omissis - magistério de José Afonso da Silva, Celso Bastos e Tomás Pará Filho]

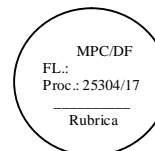
A representação institucional do Estado-membro em juízo ou em atividade de consultoria jurídica traduz prerrogativa de índole constitucional outorgada, pela Carta Federal (art. 132), aos Procuradores do Estado. Operou-se, nesse referido preceito da Constituição, uma inderrogável imputação de específica atividade funcional cujos destinatários são, exclusivamente, os Procuradores do Estado.

Assim sendo, há de se ter presente, no exame do tema, a nova realidade constitucional emergente da Carta Federal de 1988, que institucionalizou, no plano da Advocacia Pública local, a Procuradoria-Geral dos Estados, órgão ao qual incumbe, “ope constitutionis”, entre outras atribuições, a consultoria jurídica da própria unidade federada, inclusive de seu Poder Executivo.

No contexto normativo que resulta do art. 132 da Constituição e em uma análise preliminar do tema, compatível com o juízo de delibação ora exercido, parece não haver lugar para nomeações em comissão de pessoas estranhas aos quadros da Advocacia de Estado que venham a ser designadas, no âmbito do Poder Executivo, para o exercício de funções de assistência, de assessoramento e/ou de consultoria na área jurídica.

A exclusividade dessa função de consultoria remanesce, agora, na esfera institucional da Advocacia Pública, a ser exercida, no plano dos Estados-membros, por suas respectivas Procuradorias-Gerais e pelos membros que as compõem, uma vez regularmente investidos, por efeito de prévia aprovação em concurso público de provas e de títulos, em cargos peculiares à Advocacia de Estado, o que tornaria inadmissível a investidura, mediante livre provimento em funções ou em cargos em comissão, de pessoas para o desempenho, no âmbito do Poder Executivo do Estado-membro, de atividades de consultoria ou de assessoramento jurídicos.

[omissis: magistério de Mário Bernardo Sesta]



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA-GERAL

Essa prerrogativa institucional, que é de ordem pública, encontra assento na própria Constituição Federal. Não pode, por isso mesmo, comportar exceções nem sofrer derrogações sequer previstas ou autorizadas pelo próprio texto da Lei Fundamental.

Cabe registrar, por relevante, que esta Suprema Corte, ao apreciar o alcance do dispositivo constitucional ora em exame (CF, art. 132), firmou diretriz jurisprudencial no sentido de que o desempenho das atividades relacionadas à consultoria e ao assessoramento jurídicos prestados ao Poder Executivo estadual traduz prerrogativa outorgada, pela Carta Federal, exclusivamente aos Procuradores do Estado e do Distrito Federal (RTJ 166/94, Rel. Min. CELSO DE MELLO – RTJ 192/473-474, Rel. Min. ELLEN GRACIE – ADI 484/PR, Red. p/ o acórdão Min. RICARDO LEWANDOWSKI – ADI 1.679/GO, Rel. Min. GILMAR MENDES, v.g.), valendo referir, por serem expressivas dessa orientação, decisões plenárias do Supremo Tribunal Federal consubstanciadas em acórdãos assim ementados:

“CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 500, DE 10 DE MARÇO DE 2009, DO ESTADO DE RONDÔNIA. (...). MÉRITO. CRIAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. INCONSTITUCIONALIDADE.

.....
2. *A atividade de assessoramento jurídico do Poder Executivo dos Estados é de ser exercida por procuradores organizados em carreira, cujo ingresso depende de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, nos termos do art. 132 da Constituição Federal. Preceito que se destina à configuração da necessária qualificação técnica e independência funcional desses especiais agentes públicos.*

3. *É inconstitucional norma estadual que autoriza a ocupante de cargo em comissão o desempenho das atribuições de assessoramento jurídico, no âmbito do Poder Executivo. Precedentes.*

4. *Ação que se julga procedente.”*

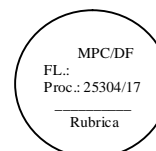
(ADI 4.261/RO, Rel. Min. AYRES BRITTO (destaquei)

[...]

16. *Conforme destacado na representação, o entendimento do STF encontra-se sedimentado no sentido de que as atribuições de assistência e de assessoramento jurídico no âmbito do Poder Executivo devem ser exercidas por pessoas pertencentes ao quadro da Advocacia Estatal, sendo, portanto, inconstitucional a norma “que autoriza a ocupante de cargo em comissão o desempenho das atribuições de assessoramento jurídico, no âmbito do Poder Executivo”.*

17. *Significa dizer que tais atribuições devem ser exercidas por servidores aprovados em concurso público para tal finalidade, como forma de garantir a qualificação e a independência funcional dos referidos agentes públicos.*

18. *Ante o exposto, o MPC/DF opina pela procedência da Representação em exame, sem prejuízo de determinar ao Chefe do poder Executivo Distrital que inadmita o exercício de*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA-GERAL

assessoramento jurídico por comissionados, por violação ao concurso público e a impessoalidade, destacado na peça exordial.

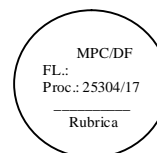
13. **Decidiu o TCDF em linha com MPC (d. 5751/2018):**

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda o 2º Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício n.º 978/2017, encaminhado pela Administração Regional do Plano Piloto – RA I (Peça n.º 22), bem como da Peça n.º 23, que contém manifestação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, considerando cumpridas as Decisões de n.ºs 3.953/2017 e 5.015/2017; II – considerar procedente a Representação n.º 25/2017CF; III – orientar o Chefe do Poder Executivo local, assim como se deduz da ADI 4843/PB, que o conteúdo ocupacional de Assessor Técnico, conforme descrito no art. 5º do Decreto n.º 38.094/2017, notadamente nos incisos I e II, guarda identidade de desempenho de atividades de assessoramento jurídico no âmbito do Poder Executivo Distrital, o que traduz prerrogativa de índole constitucional outorgada aos Procuradores do Distrito Federal, razão pela qual faz-se necessária a adoção de providências para a regularização da situação descrita na Representação n.º 25/2017-CF, bem como, na mesma linha, conforme pronunciado pela Dra. CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, aqueles que ocupam o cargo de Assessores Jurídico-Legislativos, caso não sejam Procuradores do Distrito Federal; IV – dar ciência do Parecer n.º 347/2018-G2P, do relatório/voto do Relator e desta decisão aos interessados; V – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para as providências cabíveis. Vencido o 1º Revisor, Conselheiro PAULO TADEU, nos termos de seu voto de vista.”

14. Retornando os autos sugere-se reiteração da decisão da Corte, proposta essa que este MPC acolherá de pronto:

7. Em pesquisa ao Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF – SINJ, verificamos que não houve alterações nas competências do cargo de Assessor Técnico contidas no art. 5º do Regimento Interno das Administrações Regionais (em especial incisos I e II, conforme deliberação desta Corte), aprovado pelo Decreto n.º 38094/2017 (DODF de 29/03/2017).

8. Outrossim, cumpre informar que a sobredita deliberação foi dirigida ao então Governador do DF, Sr. Rodrigo Sobral Rolemberg, o que pode explicar a ausência de manifestação da atual gestão acerca do contido na decisão em apreço, considerando as mudanças havidas na estrutura do governo local a partir de 01/01/2019.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA-GERAL

9. Nesse contexto, propomos nova diligência para que sejam noticiadas as medidas até então adotadas com vistas à regularização da situação descrita na representação exordial dos autos. Adicionalmente, sugerimos o encaminhamento do relatório/voto condutor da Decisão nº 5751/2018 para subsidiar o atendimento da diligência retro.

É o parecer.

Brasília, 16 de abril de 2019.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora-Geral